

A EXPANSÃO DO BRICS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PAPEL DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO NO FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM ECONOMIAS EMERGENTES

**Márcia Helena da Silva Moreira¹, Maria Tereza Farias Cunha dos Santos² Rodolfo
Francisco Soares Nunes³**

¹Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
(marciahelena007005@gmail.com)

²Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

³Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Resumo: O artigo analisa o papel do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS na promoção de projetos sustentáveis em economias emergentes. Avalia seus mecanismos de investimento, focando em infraestrutura verde, energia renovável e inclusão social, alinhados aos critérios ESG. Com base em análises de relatórios, políticas nacionais e estudos acadêmicos, conclui que, embora avance, há desafios na mensuração de impactos e na padronização de padrões ESG. Recomenda maior transparência e métricas padrão para fortalecer o papel do banco no desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: BRICS; Novo Banco de Desenvolvimento; ESG; Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) na promoção do desenvolvimento sustentável nos países do BRICS, investigando se seus financiamentos conseguem traduzir-se em resultados concretos em termos ambientais, sociais e de governança (ESG).

O BRICS consolidou-se como um bloco estratégico na reconfiguração da governança global, com crescente influência em temas como desenvolvimento sustentável e financiamento verde. No entanto, persiste um desafio central: como alinhar a expansão econômica do grupo com práticas sustentáveis, garantindo que projetos de infraestrutura e industrialização não comprometam metas ambientais e sociais?

A justificativa para este estudo reside na necessidade de avaliar criticamente os mecanismos de financiamento do NBD, especialmente em um contexto em que economias emergentes enfrentam pressões para equilibrar crescimento rápido e sustentabilidade. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica e documental, examinando relatórios do NBD, políticas públicas dos países membros e estudos acadêmicos sobre finanças verdes e cooperação Sul-Sul.

Esta pesquisa se justifica, também, pela importância de compreender como instituições financeiras

multilaterais do Sul Global podem catalisar uma transição sustentável em economias emergentes. O estudo oferece contribuições relevantes ao examinar criticamente a atuação do NBD, destacando tanto seus avanços quanto seus limites na promoção de projetos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao articular essa análise, o artigo pretende fornecer insights valiosos para policymakers, acadêmicos e investidores interessados no potencial do BRICS como impulsionador de um novo paradigma de desenvolvimento que conjugue crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e justiça social. A metodologia empregada combina análise documental de relatórios institucionais e dados oficiais com revisão da literatura especializada, permitindo uma avaliação abrangente do tema.

O artigo estrutura-se em quatro seções principais. Primeiramente, aborda o BRICS e o desenvolvimento sustentável, contextualizando os desafios e oportunidades do bloco na agenda verde global. Em seguida, analisa o NBD e seus financiamentos, examinando o perfil dos projetos apoiados pelo banco e sua aderência a critérios ESG. A terceira seção discute as linhas de financiamento direcionadas ao desenvolvimento sustentável, com foco em iniciativas específicas como energia renovável e transporte limpo, avaliando seus impactos reais. Por fim, nas considerações finais, sintetiza os principais



achados e propõe recomendações para fortalecer o nexo entre investimento e sustentabilidade no BRICS.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho adota como método de investigação o materialismo histórico-dialético, orientado pela compreensão de que os fenômenos sociais, políticos e econômicos devem ser analisados a partir das contradições estruturais que atravessam o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista (Engels, 1979; Gramsci, 1978). A realidade internacional é concebida como um processo dinâmico, em constante transformação, no qual os interesses econômicos, políticos e ideológicos das potências são mediados por relações de dominação, dependência e disputa hegemônica (Korsch, 2008; Netto, 2011).

Os procedimentos metodológicos de levantamento de dados sobre os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento envolveram uma pesquisa bibliográfica e documental. Foram coletados e analisados relatórios oficiais do NBD, documentos institucionais, políticas nacionais dos países membros, além de estudos acadêmicos, artigos e publicações relevantes sobre a cooperação Sul-Sul e o funcionamento do banco. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada dos mecanismos de financiamento, impacto e desafios enfrentados pelos membros, contribuindo para uma análise crítica do papel do NBD no contexto do desenvolvimento sustentável na região.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foram utilizados o levantamento bibliográfico e a análise documental, com o objetivo de construir uma abordagem crítica e fundamentada empiricamente sobre o tema (Lakatos, 2021). A pesquisa bibliográfica se apoia em autores clássicos e contemporâneos das Relações Internacionais, da Economia Política Internacional e da teoria marxista, especialmente aqueles que problematizam as dinâmicas de hegemonia, imperialismo e desenvolvimento.

A triangulação entre os referenciais teóricos e as fontes empíricas possibilita a interpretação crítica das transformações recentes na política externa norte-americana, articulando-as às contradições mais amplas do sistema internacional (Gil, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O BRICS é um agrupamento que, atualmente, conta com onze países membros e serve como meio para a cooperação desses países em áreas diversificadas. Trata-se de uma organização internacional informal, baseada em consenso, cooperação voluntária e diálogo político entre seus membros. Apesar de não possuir uma estrutura institucional formal como

outras organizações intergovernamentais, o BRICS atua como um fórum multilateral que promove a articulação conjunta em áreas como economia, desenvolvimento, meio ambiente, segurança e governança global (BRICS, 2025).

A primeira menção ao grupo foi feita por Jim O'Neil, economista da Goldman Sachs, em um estudo publicado no ano de 2001, intitulado "Building Better Global Economic BRICs", onde O'Neil discorre sobre o potencial de crescimento econômico de Brasil, Rússia, Índia e China e seu impacto na economia global.

A primeira reunião do, até então BRIC, aconteceu em 2006, em Nova Iorque, próxima à Assembleia-Geral das Nações Unidas. Em 2009, na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, se deu a primeira cúpula do grupo e, durante a terceira cúpula, em 2011, a África do Sul foi anexada ao grupo, marcando sua primeira expansão e a nova nomenclatura oficial. Na cúpula de Joanesburgo, em 2023, o conjunto de países membros se expandiu novamente, com a inclusão de seis novos países: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã (BRICS, 2025).

Um aspecto comum a todos os países que compõem o BRICS é o fato de a exploração intensiva de recursos naturais ter sido o principal fator para o crescimento expressivo de suas economias na segunda metade do século XX e início do século XXI. Os impactos do colonialismo e imperialismo, a industrialização acelerada, a expansão da infraestrutura e o aumento da produção agrícola e energética geraram impactos ambientais significativos, como desmatamento, poluição e emissões elevadas de carbono (GEBRICS, 2024).

Diante desse cenário, os países do BRICS passaram a reconhecer a importância de adotar modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Segundo o Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, desenvolvimento sustentável é aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades". Esse conceito envolve uma abordagem integrada que considera simultaneamente o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental.

Com a crescente relevância do BRICS no cenário global, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à governança econômica multipolar. Um estudo mencionado destaca que análises jornalísticas sobre o BRICS frequentemente adotam esquemas orientados a problemas, abordando questões como tensões geopolíticas, mudanças climáticas, direitos humanos,



crises econômicas e impactos de decisões políticas (Abdelaziz Abdeldayem; Wadie Kswat, 2025).

Quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, cabe destacar o uso do conceito ESG (Environmental, Social, and Governance – Ambiental, Social e Governança) surgiu como uma estrutura para avaliar o compromisso de empresas, governos e instituições financeiras com práticas sustentáveis e responsáveis. Sua relação com o desenvolvimento sustentável é intrínseca, uma vez que ambos visam equilibrar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental (Zhen; Rahman, 2024).

Assim como destacado na literatura recente, o financiamento verde tem um potencial transformador para impulsionar o desempenho ESG e apoiar o desenvolvimento sustentável. No entanto, persiste uma lacuna na compreensão de como esses mecanismos se traduzem em indicadores concretos. Este artigo busca contribuir para esse debate, examinando o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS na promoção de projetos verdes e sua efetividade em melhorar métricas de sustentabilidade em economias emergentes (Zhen; Rahman, 2024).

A produção sustentável não só reduz impactos ambientais, mas também gera eficiência econômica, reforçando a sinergia entre ESG e desenvolvimento sustentável. No contexto do BRICS, onde indústrias intensivas em recursos naturais predominam, o NBD pode desempenhar um papel crucial ao financiar projetos que integrem princípios de circularidade e baixo carbono. Um exemplo é o apoio a cadeias de suprimentos verdes na Índia ou a sistemas de irrigação eficiente na África do Sul, alinhando-se tanto com metas ambientais (E) quanto com ganhos de produtividade (S e G) (Zhen; Rahman, 2024).

As semelhanças compartilhadas pelas nações emergentes que se relacionam com o BRICS refletem não apenas desafios ambientais semelhantes, mas também a necessidade de cooperação mútua para reverter os danos causados e adotar modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Nesse sentido, os países do BRICS vêm buscando estratégias conjuntas para cumprir a agenda ambiental global estabelecida em 2015 pela ONU, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e promover um crescimento econômico que concilie desenvolvimento e preservação ambiental (GEBRICS, 2024).

Um dos principais mecanismos utilizados pelo grupo para esse fim é o incentivo a investimentos em infraestrutura sustentável e energia limpa. Segundo Muhammad Tayyab Sohail em seu texto “Green development in BRICS: unraveling the effects of environmental technology, R&D spending, and green investment in the contexto of COP21”, a transição

para fontes renováveis de energia e a modernização tecnológica são prioridades dentro da cooperação, especialmente no contexto do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Além das iniciativas voltadas para a transição energética, os países do BRICS têm reforçado sua parceria em torno de acordos internacionais que visam a redução dos impactos ambientais e a promoção da sustentabilidade. O Acordo de Paris, foi adotado em 2015, na 21ª Conferência das Partes (COP21), e tem como principal objetivo reforçar o combate global à ameaça da mudança de clima e fortalecer a capacidade dos países para lidar com os impactos causados por essas mudanças, o documento estabelece metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e incentiva a implementação de políticas ambientais mais rigorosas (Ministério do Meio Ambiente, [s.d.]).

No âmbito do BRICS, os países membros têm buscado alinhar suas estratégias nacionais às diretrizes do acordo, promovendo planos de desenvolvimento de baixo carbono e medidas de adaptação às mudanças climáticas, além de aumentarem os investimentos em pesquisa e desenvolvimento para impulsionar a inovação em setores verdes, muitas vezes colaborando com o setor privado e instituições acadêmicas para melhorar as tecnologias que suportam práticas sustentáveis (Sohail, 2023).

Ademais, o BRICS tem se posicionado ativamente nas conferências da ONU sobre mudanças climáticas (COPs), tendo no mínimo um país do grupo presente nas últimas COPs, além de sua Plataforma Socioambiental (BRICS POLICY CENTER, 2025). Reforçando ainda mais a participação dos países membros na conferência, a COP 30 será sediada na cidade de Belém, no Estado do Pará, no Brasil, que é o atual presidente do BRICS por meio da presidência rotativa, o evento será uma oportunidade estratégica para o grupo reforçar suas iniciativas sustentáveis e buscar compromissos mais ambiciosos no cenário global (GOV, 2025). A escolha da Amazônia como sede da conferência ressalta a importância de sua biodiversidade e a necessidade de preservação para um desenvolvimento menos agressivo, temas que já vêm sendo debatidos nas agendas do BRICS.

No âmbito das iniciativas conjuntas, um documento relevante é a "Issue Note on Environment Working Group", que destaca o compromisso dos países membros com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável (BRICS, 2025). Este documento enfatiza a importância da cooperação em pesquisa ambiental, o intercâmbio de boas práticas e o fortalecimento das capacidades institucionais dos países para enfrentar os desafios climáticos. Desta forma, aborda a necessidade de incentivar o



financiamento de projetos ecológicos e promover a economia circular como forma de reduzir o desperdício e otimizar o uso de recursos naturais. Essas diretrizes reforçam o compromisso do BRICS em avançar na implementação de políticas ambientais mais eficazes e alinhadas aos desafios globais contemporâneos.

Apesar dos avanços, os desafios para a implementação dessas políticas ainda são significativos. Diferenças nos contextos socioeconômicos e nas capacidades institucionais dos países-membros criam obstáculos para uma harmonização de metas ambientais. Isto posto, a necessidade de equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental continua sendo um dilema para muitas dessas nações, que dependem de setores intensivos em emissões de carbono, como agricultura, mineração e indústria pesada (Pearl; Sergi; Muszynski, 2025).

Dessa forma, a busca por fontes alternativas de financiamento tem sido fundamental para impulsionar o desenvolvimento sustentável no BRICS. O grupo reconhece a importância de mecanismos financeiros inovadores para apoiar projetos ecológicos, garantindo que a transição para uma economia verde ocorra de maneira equitativa e eficaz. Assim, um dos instrumentos que vem ganhando destaque nas discussões do BRICS é o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que tem entre suas prioridades o financiamento de iniciativas voltadas para a sustentabilidade (BRICS, 2025).

O NBD surge como um mecanismo essencial para viabilizar investimentos de longo prazo, apoiar infraestrutura resiliente e ampliar o acesso a recursos para projetos ambientais, sendo um tema central nas estratégias futuras do BRICS para o desenvolvimento sustentável.

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, com o seu objetivo principal de fornecer recursos adequados e oportunos para o financiamento, que pode ser tanto a médio quanto à longo prazo, de programas e projetos que visam promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo estado, o que os torna responsáveis por complementar o setor bancário tradicional ao oferecer contributo para iniciativas que, muitas vezes, não atraem investimentos privados devido a riscos elevados, além disso, essas organizações desempenham um papel fundamental ao fornecer assistência técnica, promover políticas públicas eficazes e incentivar a cooperação internacional, contribuindo para o crescimento econômico e a redução das desigualdades (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2025).

No contexto dos BRICS, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) surgiu da necessidade de suprir lacunas deixadas por corporações financeiras multilaterais tradicionais, como o Banco Mundial, já que grande parte dos recursos dessas instituições eram direcionados para nações desenvolvidas. Durante a VI Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza em 2014, foi decidido estabelecer o NBD com o objetivo de mobilizar recursos para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países emergentes, esta ação visava aumentar a capacidade de crédito internacional para a prosperidade e atender às instâncias monetárias não contempladas por outras fundações. O acordo entrou em vigor durante a VII Cúpula do BRICS, realizada em Ufa, Rússia, em julho de 2015, e a partir desse momento, o NBD iniciou suas operações (BRICS, 2025).

Como apontado por Zhang, a tecnologia financeira pode ser uma aliada na busca por sustentabilidade urbana, mas países em desenvolvimento — como os do BRICS — enfrentam o paradoxo de uma urbanização acelerada e degradação ambiental. Nesse cenário, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) tem a oportunidade de atuar como um hub de inovação, financiando não apenas infraestrutura verde, mas também soluções de FinTech que tornem cidades mais inteligentes (Zhang, 2024).

O ambiente de investimento nos BRICS tem apresentado melhoria contínua nos últimos anos, com políticas e regulamentações que facilitam a entrada de investidores e oferecem clareza para operações comerciais, alinhando-se ao objetivo de atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED) para financiar o desenvolvimento sustentável, enquanto protegem setores estratégicos e recursos naturais (Nakra, 2025).

Como economias em desenvolvimento com mercados consumidores em expansão, mão de obra qualificada e abundância de recursos naturais — desde minerais e energia até commodities agrícolas —, os países do BRICS tornaram-se destinos atraentes para investimentos globais, combinando capacidade produtiva, acesso a matérias-primas e oportunidades comerciais que impulsionam seu papel na economia mundial (Nakra, 2025).

O NBD possui um diferencial por não impor condicionalidades políticas e macroeconômicas aos empréstimos concedidos (Souza, 2021), ao contrário das outras entidades que frequentemente vinculam o financiamento a exigências de políticas internas dos países beneficiários, essa abordagem confere aos membros do BRICS uma maior autonomia financeira e soberania na implementação de seus planejamentos, evitando interferências externas em suas decisões econômicas e políticas.



O Novo Banco de Desenvolvimento possui a sua sede em Xangai, na China, e acaba por adotar um modelo de governança baseado em participação igualitária entre os países membros fundadores. Diferentemente do Banco Mundial, que possui uma diretoria residente, o NDB conta com uma estrutura descentralizada, semelhante à de uma sociedade anônima, composta por um Conselho de Governadores e um Conselho de Administração (Souza, 2021).

O Conselho de Governadores é o principal órgão do banco, o qual é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas, escolher o presidente e aprovar a entrada de novos membros, cada país fundador possui um assento no conselho e indica um governador e um suplente, enquanto o Conselho de Administração cuida das operações diárias do banco e supervisiona as atividades financeiras. O presidente do NDB é escolhido de forma rotativa entre os países membros, onde atualmente quem comanda é Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil, que assumiu a presidência no dia 24 de março de 2023.

O banco foi concebido com um capital autorizado de US\$ 100 bilhões e inicialmente fora estabelecido em US\$ 50 bilhões, dos quais cada um dos cinco países fundadores contribuiu de forma igualitária, contribuição essa a qual foi estruturada em duas partes: US\$ 10 bilhões em capital realizado e US\$ 40 bilhões em capital exigível, permitindo uma flexibilidade na alocação de recursos para financiamentos (BRICS POLICY CENTER, 2025).

Ademais, o NDB adota estratégias diversificadas de captação de recursos, como a emissão de títulos em moeda local. Um exemplo significativo ocorreu em julho de 2016, quando a instituição lançou no mercado chinês títulos no valor de 3 bilhões de yuans (aproximadamente US\$ 448 milhões), com vencimento em cinco anos e taxa de juros de 3,07% (BRICS POLICY CENTER, 2025). Dessa forma, a relação entre a estrutura inicial de capital e as operações de mercado evidencia o modelo híbrido adotado pelo NDB, que combina o comprometimento dos países fundadores com estratégias modernas de financiamento.

Para o NDB, a recente expansão do BRICS, anunciada em agosto de 2023 com a adesão de novos países pode resultar em um aumento significativo de fundos monetários, permitindo a ampliação do subsídio de projetos de infraestrutura e desenvolvimento ecoeficiente nos estados-membros, ademais a diversidade econômica dos novos integrantes pode proporcionar uma distribuição mais equilibrada dos investimentos, atendendo às necessidades específicas de cada nação (SAPIO, M, 2023).

Isto posto, a expansão também apresenta desafios, já que a inclusão de países com diferentes interesses econômicos e políticos pode tornar mais complexa a tomada de decisões dentro do banco, exigindo maior coordenação e consenso entre os membros.

Destaca-se enfim, o compromisso do NDB em fomentar o crescimento econômico aliado à sustentabilidade, direcionando seus investimentos para áreas estratégicas, sendo uma das principais, a infraestrutura sustentável, que engloba a criação e modernização de obras e sistemas com ênfase na responsabilidade ambiental, social e na governança, garantindo que o desenvolvimento das cidades e regiões ocorra de maneira consciente e de longo prazo (BRICS POLICY CENTER, 2025).

Entre os investimentos realizados, destacam-se projetos nas áreas de energia renovável, transporte e saneamento básico em países da Ásia, África e América Latina, onde o banco já apoiou a construção de usinas solares na Índia, melhorias em redes de transporte na África do Sul. No Brasil, desde 2018, o NDB aprovou 19 projetos em diversas áreas, incluindo infraestrutura de transporte, água e saneamento, proteção ambiental e infraestrutura social, um exemplo notório é a parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar seis parques de energia eólica nos estados do Piauí e Pernambuco, com um desembolso de US\$ 67,3 milhões (BNDES e New Development Bank, 2018).

O banco também tem buscado fortalecer parcerias e cooperação com outras instituições financeiras globais como parte de sua estratégia de atuação, este coopera com bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais para ampliar sua capacidade de financiamento, compartilhar conhecimento técnico e promover boas práticas em projetos de infraestrutura sustentável, entre os parceiros estão o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Banco Mundial, e bancos de desenvolvimento regionais (BRICS POLICY CENTER, 2025).

O BRICS tem buscado fortalecer suas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável por meio de diversos mecanismos de financiamento e cooperação. Dentre essas iniciativas, destacam-se os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura sustentável, transição energética e inovação tecnológica, essenciais para mitigar os impactos ambientais e impulsionar o crescimento econômico de maneira equilibrada. Os países do BRICS reconhecem a necessidade de direcionar recursos para projetos que conciliem progresso econômico e preservação ambiental, garantindo que suas economias emergentes avancem de forma sustentável (Sohail, 2023).



Nesse contexto, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) tem desempenhado um papel crucial no financiamento de projetos sustentáveis, canalizando investimentos para setores estratégicos nos países membros. Um exemplo recente desse compromisso é a captação de US\$ 1,7 bilhão (cerca de R\$ 8,5 bilhões) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao NDB, destinada ao financiamento de projetos voltados ao combate às mudanças climáticas e ao desenvolvimento de infraestrutura sustentável, formalizada em 6 de dezembro de 2023. Essa iniciativa visa ampliar o suporte a setores estratégicos, como energia renovável, transporte e logística, saneamento, mobilidade urbana e infraestrutura social, promovendo uma transição mais eficaz para a economia de baixo carbono (BNDES, 2023).

Além dos investimentos nacionais articulados pelo BNDES, o NDB também aprovou o financiamento do projeto Brasília Capital da Iluminação Solar, proposto pela Companhia Energética de Brasília (CEB). O projeto prevê a construção de uma usina solar fotovoltaica com capacidade superior a 100 MWp e a substituição de cerca de 129 mil luminárias públicas por lâmpadas LED, contribuindo para a redução do consumo energético e a ampliação da matriz energética renovável do Distrito Federal (VEJA, 2024).

No âmbito internacional, o NDB mostrou apoio a projetos de infraestrutura resiliente, como o “Water Infrastructure Modernization Project” na África do Sul e iniciativas de mobilidade urbana na Índia, projetos os quais fortalecem a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e promovem a inclusão social, ao facilitar o acesso a serviços básicos para populações vulneráveis (Vazquez, 2020).

Os projetos internacionais do banco também são grandes incentivadores a cooperação regional e a integração econômica, especialmente nas regiões da Ásia e da África, visto que iniciativas como a expansão de corredores logísticos e redes de transmissão elétrica entre diferentes países ampliam a conectividade, melhoram a competitividade dos mercados e fortalecem cadeias de valor sustentáveis. Esses investimentos não apenas melhoram as condições de vida das populações locais, mas também promovem práticas de desenvolvimento que respeitam os limites ambientais, impulsionando uma transição mais justa e sustentável para os países emergentes (Vazquez, 2020).

A importância dos projetos desenvolvidos pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) reside na sua capacidade de abordar questões vitais que afetam não apenas os países em desenvolvimento, mas também o

planeta como um todo, em um mundo onde os desafios ambientais, sociais e econômicos estão interligados, iniciativas que buscam a sustentabilidade e a inclusão são cruciais por diversas razões (Vazquez, 2020).

Os investimentos da China, impulsionados por sua Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), têm desempenhado um papel crucial no financiamento de projetos de infraestrutura em diversos países do BRICS, reforçando a conectividade e a cooperação econômica por meio da construção de redes de transporte, instalações energéticas e zonas industriais. Essa iniciativa não apenas fortalece os laços comerciais entre a Ásia, Europa e África, mas também impulsiona as exportações intra-BRICS, demonstrando que o aprofundamento da cooperação econômica no bloco gera benefícios tangíveis e é essencial para atrair maiores investimentos. Ao integrar mercados e infraestruturas, a BRI contribui para consolidar o BRICS como um polo de desenvolvimento sustentável e crescimento compartilhado (Nakra, 2025).

Adicionalmente aos impactos diretos na infraestrutura urbana, iniciativas como essa contribuem significativamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU. Especificamente, o projeto da CEB colabora com o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), ao promover o uso de energia renovável; com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao modernizar a infraestrutura urbana e torná-la mais eficiente; e com o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ao reduzir as emissões de carbono por meio da substituição de fontes convencionais de energia por fontes limpas (Vazquez, 2020).

Dessa forma, os projetos apoiados pelo NDB não apenas fortalecem a infraestrutura dos países membros, como também se alinham diretamente aos compromissos assumidos pelo BRICS no âmbito da agenda climática e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A estratégia do banco reforça a visão de que o crescimento econômico pode — e deve — ser harmonizado com a preservação ambiental, assegurando um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

CONCLUSÃO

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) consolida-se como mais um ator relevante no cenário financeiro multilateral, com potencial para ampliar seu impacto diante da recente expansão do BRICS e do crescente protagonismo chinês em investimentos sustentáveis. A incorporação de novos membros ao bloco e os recursos canalizados por iniciativas como a Belt and Road Initiative (BRI) podem permitir que o NDB direcione maiores volumes de financiamento



para setores estratégicos da sustentabilidade - energia renovável, transporte de baixo carbono e infraestrutura resiliente.

O desafio do desenvolvimento sustentável sempre se mostrou particularmente complexo para nações emergentes, que precisam conciliar crescimento econômico acelerado com compromissos ambientais e sociais. Neste contexto, o NDB assume importância singular ao tomar a frente na promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo, que busca: oferecer mecanismos financeiros adaptados às necessidades específicas do Sul Global; priorizar projetos com impactos mensuráveis em indicadores ESG; promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Embora persistam desafios - como a necessidade de maior padronização de critérios e transparência na avaliação de impactos -, o Banco posiciona-se como instituição-chave para reduzir o hiato entre discurso e prática no financiamento ao desenvolvimento sustentável. Seu êxito futuro dependerá da capacidade de ampliar escala sem perder o foco em resultados concretos, tornando-se efetivamente um pilar da nova arquitetura financeira multilateral orientada à sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual do Maranhão, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Grupo de Pesquisa em Economia, Inovação e Meio Ambiente

REFERÊNCIAS

ABDELAZIZ ABDELDAYEM, Fedaa Mohamed; WADIE KSWAT, Sarah Francis. BRICS expansion in the news coverage of member countries: a political economy perspective. *Journal of Humanities and Applied Social Sciences*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 18–37, 2025.

All Projects. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/#paginated-list>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Bancos de desenvolvimento. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BNDES e New Development Bank, o “banco dos BRICS”, realizam o 1º desembolso a operação no Brasil. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-e-new-development-bank-o-banco-dos-brics-realizam-o-1-desembolso-a-operacao-no-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRICS. Dados sobre o BRICS. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/dados-sobre-o-brics>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRICS. Novo Banco de Desenvolvimento. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/novo-banco-de-desenvolvimento-ndb>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRICS POLICY CENTER. New Development Bank. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Desenvolvimento sustentável - Determinantes Sociais da Saúde. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/glossary/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Em declaração conjunta, líderes do BRICS anunciam a entrada de seis novos países. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises>. Acesso em: 28 mar. 2025.

GEBRICS. BRICS+: Uma Aliança Crucial para a Sustentabilidade e a Batalha Contra as Mudanças Climáticas. – Grupo de Estudos sobre os BRICS (GEBRICS). Disponível em: <https://sites.usp.br/gebrics/brics-uma-alianca-crucial-para-a-sustentabilidade-e-a-batalha-contra-as-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

GOV. História do BRICS. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NAKRA, P. BRICS: Rebalancing the new world order an impassioned trajectory. *The Journal of Applied Business and Economics*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 80–90, 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. About NDB. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/>. Acesso em: 25 mar. 2025.



- OLIVEIRA, C. Reeleita no Banco do Brics, Dilma vai comandar instituição por mais 5 anos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/03/24/reeleita-no-banco-do-brics-dilma-vai-comandar-instituicao-por-mais-5-anos/>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. Global Economics Paper 66, November 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/goldman-sachs-research/building-better>>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- PEARL, Mona; SERGI, Bruno S.; MUSZYNSKI, Richard J. Shifting Equilibria: A New Framework Assessing Changing Power Dynamics Between the Global North and Global South. *World*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 34, 2025.
- SAPIO, M. O Que Pode Estar Por Trás Da Possível Entrada De Novos Membros Ao Brics. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-pode-estar-por-tras-da-possivel-entrada-de-novos-membros-ao-brics/>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- SOHAIL, Muhammad Tayyab. Green development in BRICS: unraveling the effects of environmental technology, R&D spending, and green investment in the context of COP21. *Environmental science and pollution research international*, v. 30, n. 57, p. 120000–120009, 7 nov. 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11356-023-30696-1#citeas>>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- SOUZA, Rodrigo Otero Fernández. Novo Banco de Desenvolvimento: a busca pela construção de uma arquitetura financeira conjunta do BRICS. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2021. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2022/05/NOV-O-BANCO-DE-DESENVOLVIMENTO-A-BUSCA-PELA-CONSTRUCAO-DE-UMA-ARQUITETURA-FINANCEIRA-CONJUNTA-DO-BRICS.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- VAZQUEZ, Karin Costa. Development Impact, Public-Private Partnerships and Regional Integration: Possible Way-Forward For The Brics-Led New Development Bank. *Revista Tempo do Mundo*, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 175–187, 2020.
- VEJA. Companhia Energética de Brasília vai ao NDB por financiamento milionário. *Radar Econômico*, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/companhia-energetica-de-brasilia-vai-ao-ndb-por-financiamento-milionario/>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- ZHANG, Chenyu. Digital governance leveraging urbanization and fintech synergies for sustainable development in BRICS. *Scientific Reports*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 31677, 2024.
- ZHEN, Tianyao; RAHMAN, Md. Greening Emerging Economies: Enhancing Environmental, Social, and Governance Performance through Environmental Management Accounting and Green Financing. *Sustainability*, [s. l.], v. 16, n. 11, p. 4753, 2024. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. tradução: José Paulo Netto. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008. (Pensamento Crítico, v. 12).
- LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2021.